Câmara Municipal de Castro

Decreto Legislativo nº 04/2014

Súmula: Referenda Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Castro e Associação de Assistência Social de Castrolanda.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO, ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A

LEI

Art. 1º - Fica referendado Convênio de Cooperação Financeira de nº 006/2014, que entre si celebram o Município de Castro e Associação de Assistência Social de Castrolanda, no qual o Conveniante repassará mensalmente à Conveniada, através de depósito bancário, em conta corrente do Tomador, especialmente constituída para este Convênio, o valor de R$ 64.207,06 (sessenta e quatro mil, duzentos e sete reais e seis centavos), conforme constante do Plano de Trabalho, através das seguintes dotações orçamentárias: Código Reduzido: 754, Órgão 20 – Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, Unidade 2 – Superintendência de Desenvolvimento Social, Projeto/Atividade: 6004 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança, Elemento – 333504199990000, demais entidades do terceiro setor, vínculo: 880 – Contribuições e legados de entidades não governamentais, Código Reduzido: 755, Órgão 20 – Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, Unidade 2 – Superintendência de Desenvolvimento Social, Projeto/Atividade: 6004 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança, Elemento: 344504201000000 – Instituições de Caráter Assistencial, vínculo: 880 – Contribuições e legados de entidades não governamentais, constituindo o objeto deste Convênio a transferência de recursos para ampliação do atendimento da Oficina de Informática da entidade, sendo que esses valores serão utilizados conforme o especificado no Plano de Trabalho, que fará parte integrante deste Convênio, ainda, que o seu prazo se iniciará em 1º de Junho de 2014, com término para 1º de Junho de 2015, tudo conforme o protocolado sob nº 306/2014, de 30 de Maio de 2014.

Art. 2º - A prestação de contas do presente Convênio, será através de Planilha de Prestação de Contas com os anexos e documentos fiscais, protocolada no Departamento Geral de Protocolo da Prefeitura tendo como data limite até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente e na forma eletrônica no SIT – Sistema Integrado de Transferência, em conformidade com a Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Decreto Municipal nº 960/2011.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 18 de Junho de 2.014.

Herculano da Silva

Presidente

PUBLICADO EM
23 / 06 / 2014 no jornal
B.C. 14 nº 533